



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata da Sessão Extraordinária de 19 de março de 2018

Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

PRESENTES:

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira, em substituição do Senhor Deputado João Pedro Furtado Cunha Semedo); Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Fernando Pedro Mouta Monteiro, em substituição da Senhora Deputada Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Artur Jorge Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço, em substituição da Senhora Deputada Bárbara Lopes Veiga; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição do Senhor Deputado Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;



Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Adolfo Fernando Santana Mesquita, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a sessão.

– **Voto de Pesar pelo falecimento de Marielle Franco, Vereadora no Rio de Janeiro, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.**

A Senhora Deputada Maria José Espinheira (PS) leu um Voto de Pesar pelo falecimento de Marielle Franco, vereadora da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que tendo em conta que a Senhora Deputada Maria José Espinheira tinha dito que o Voto de Pesar estava aberto a outras forças políticas, também pretendia subscrevê-lo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que os grupos municipais do BE, do PAN e do PSD também subscrevem aquele Voto de Pesar.

Aprovado, por unanimidade.

Foi feito um minuto de silêncio.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) fez uma interpelação à Mesa para dizer que não lhe parecia correto que o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitasse a retirada de uma proposta da Ordem de Trabalhos, depois de ter sido aprovado no Executivo a sua submissão à Assembleia Municipal e de ela ter sido agendada para aquela reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, disse que o pedido de retirada do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, efetuado pelo Senhor Presidente da Câmara, é um procedimento absolutamente normal e é um direito de quem apresenta as propostas.

Informou que o Senhor Presidente da Câmara não se encontrava presente naquela sessão, mas tinha enviado um *e-mail*, com explicações detalhadas sobre o assunto. No entanto, se o Senhor Presidente em exercício assim o entendesse, podia prestar algumas informações adicionais.

Disse que, mediante a retirada daquela proposta, a reordenação dos pontos não se lhe afigurou necessária.

Deu conta que as alterações da Ordem de Trabalhos são combinadas em Conferência de Líderes, tendo que ser aprovadas pelo Plenário e que o pedido anterior à Sessão feito pela Senhora Deputada Susana Constante Pereira, para que lhe fosse enviada nova ordem de trabalhos com as alterações feitas na Conferência de Líderes, não foi atendido por a lei não permitir a alteração à referida ordem.

Propôs que os dois primeiros pontos, referentes a eleições, passassem para o final da Ordem de Trabalhos.

A proposta foi aceite, por unanimidade.

3. Aprovação da celebração do Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária Alexandre Herculano – Porto.

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) mostrou-se satisfeito com o entendimento celebrado entre o Município e o Governo que vai permitir requalificar a Escola



Secundária Alexandre Herculano, uma das mais emblemáticas escolas da cidade do Porto.

Lembrou que aquela escola, entre outras, teve obras previstas em 2009 no âmbito do Programa de Modernização das Escolas Secundárias, levado a cabo pela Parque Escolar, projeto esse que foi suspenso em 2011 pelo anterior Governo, sem que tivesse sido apresentado algum projeto alternativo ou qualquer tipo de alternativa orçamental, situação que conduziu a uma degradação cada vez maior daquela escola o que obrigou à deslocação dos alunos e ao seu encerramento.

Disse que, ao longo dos últimos anos, o PS, o PCP e o BE apresentaram na Assembleia da República diversos projetos de resolução, recomendando ao Governo obras urgentes na Escola Alexandre Herculano, que, num quadro de entendimento entre as partes, vão finalmente poder realizar-se.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) referiu, sobre a requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano no Porto, que o Grupo Parlamentar do PCP e os eleitos da CDU, ao longo dos anos, têm dirigido perguntas e proposto iniciativas legislativas aos diferentes Governos e aos diferentes órgãos de poder local, no sentido de pressionar a Administração Central a assumir as suas responsabilidades, reconhecendo a necessidade urgente de requalificação daquela Escola.

Mostrou-se preocupada, também, com o estado de deterioração e degradação de outro dos grandes símbolos do ensino público da cidade do Porto – a Escola Infante D. Henrique. Disse que aquela Escola é considerada um ícone da cidade, que tem características próprias e presta um importante serviço público no âmbito do ensino técnico, industrial e profissional. Afirmou que a CDU vai continuar a pressionar o Governo para que sejam assumidas as responsabilidades e sejam tomadas as medidas necessárias para a requalificação e melhoramento das condições daquele edifício.

Referiu que, no acordo de colaboração para a requalificação e modernização das instalações da Escola Secundária Alexandre Herculano, a Câmara Municipal do Porto vai ter que assumir 7% das verbas previstas, ou seja, que o Governo está a transferir a sua responsabilidade para os municípios e autarquias.

Disse que, dada a urgência na concretização daquela obra de requalificação, a CDU não será força impeditiva para que a reabilitação da Escola Alexandre Herculano se realize.



O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) lembrou que a recuperação da Escola Secundária Alexandre Herculano não estava no projeto inicial da Parque Escolar, mas que depois o PS apresentou um projeto de tal forma megalómano que não teve condições nenhuma de financiamento e a obra foi suspensa.

Disse que o PSD se regozija com a intervenção que vai ser efetuada naquela Escola, lembrando que o investimento global vai ser suportado, em partes iguais, pelo Governo, pela Câmara Municipal do Porto e pelos fundos comunitários.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) fez notar que foi o Município do Porto que viabilizou a requalificação da Escola Alexandre Herculano, porque a obra estava inscrita numa verba que para obter a participação de fundos comunitários tinha que ter a iniciativa camarária, ou seja, a Câmara Municipal do Porto tinha que ser o dono da obra.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) congratulou-se com a proposta de requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano.

Alertou o Executivo no sentido de não permitir que seja cometido naquela Escola um arboricídio, à semelhança do que já aconteceu noutras escolas onde a Parque Escolar interveio.

Disse que o PAN acompanha aquela proposta.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) relativamente à intervenção do Senhor Deputado Francisco Carrapatoso, disse que o projeto podia ser megalómano, mas o facto é que nem o PSD nem o CDS-PP apresentaram outra alternativa a não ser a suspensão pura e simples do projeto.

Lembrou que, já no atual Governo, houve vários partidos políticos que se empenharam, através de várias iniciativas legislativas, para que aquele projeto avançasse. Considera, no entanto, que o Governo do PS demorou demasiado tempo para resolver uma situação que exigia rapidez.

Disse que o BE está inteiramente a favor do acordo celebrado, no entanto fez notar que o facto de estar a favor daquele acordo não justifica, da parte do Governo, qualquer tipo de desresponsabilização na requalificação e no investimento público. Disse que, nesse sentido, se associa às palavras do Senhor Deputado da CDU.



O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM) considerou que o Senhor Deputado Pedro Lourenço não foi esclarecedor relativamente às iniciativas legislativas que são distintas das iniciativas parlamentares.

Deu nota que, na verdade, não foi tomada nenhuma iniciativa legislativa nesse sentido por nenhum dos partidos que o Senhor Deputado elencou, ou seja, por nenhum dos partidos que apoiam o Governo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Filipe Araújo disse que é verdade que o projeto de recuperação do Alexandre Herculano data já de algum tempo e que foi considerado um projeto muito ambicioso que envolvia cerca de 15 milhões de euros, salientando que a morosidade na execução do projeto não pode ser imputada à Câmara, porque a Autarquia sempre esteve do lado da solução, mesmo quando ela não era da responsabilidade da Câmara Municipal.

Sobre a Escola Infante D. Henrique, deu conta que o Município está a trabalhar juntamente com o Ministério da Educação para tentar encontrar a melhor solução para aquele espaço. Em relação à preservação do arvoredor, disse que ainda não está nada determinado.

Aprovada, por unanimidade.

4. Decisão sobre a avocação de todas as competências do Município que se encontram delegadas na Porto Vivo, SRU.

Retirada.

5. Deliberação sobre a isenção do pagamento das taxas à Liga dos Combatentes devidas pela emissão do alvará de licenciamento de obras a emitir no âmbito do processo de licenciamento n.º 135278/16/CMP.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) considerou que a isenção de taxas concedidas a instituições daquela natureza, com as quais o BE sempre esteve de acordo, é uma boa prática da parte do Município do Porto.



Aprovada, por unanimidade.

6. Deliberação sobre a autorização para celebração do contrato de constituição do direito de superfície – Associação Somos Nós.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse que, quer o projeto apresentado, quer a atividade da associação em causa, merecem o reconhecimento do BE, considerando positivo que a Câmara contribua para apoiar aquele tipo de projetos.

Considerou, também, que aquele é um bom exemplo da forma como os terrenos municipais podem ser utilizados, ou seja, aqueles terrenos vão ser usados sobretudo para servir os cidadãos mais vulneráveis, nomeadamente as pessoas com deficiência.

Disse que o BE vai votar favoravelmente aquela proposta.

Aprovada, por unanimidade.

7. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lordelo do Ouro.

8. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Corujeira.

9. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Baixa.

10. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Massarelos.

11. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Bonfim.

12. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Lapa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Filipe Araújo considerou não haver necessidade de apresentar as propostas, dado ter havido uma reunião prévia com a Comissão de Acompanhamento do PDM e com os Líderes de todos os grupos municipais em que aquele assunto foi amplamente debatido.



A Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) disse que as propostas apresentadas englobam duas dinâmicas de áreas de reabilitação urbana: uma diz respeito à criação de duas novas áreas – Lordelo do Ouro e Corujeira – e a outra diz respeito à redefinição de seis áreas já existentes – Miragaia, Cedofeita, Santos Pousada, Aliados, Lapa e Bonfim – que, pela ausência de aprovação das respetivas operações de reabilitação urbana, caducaram.

Referiu que as áreas de reabilitação urbana têm como objetivos orientadores os definidos no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da cidade do Porto, proporcionando a sua criação uma série de efeitos imediatos, nomeadamente benefícios fiscais, o acesso aos fundos comunitários, e também a possibilidade de declaração de utilidade pública, com direito à expropriação ou venda forçada por conta do investimento público.

Valorizou e salientou a competência dos técnicos no trabalho elaborado, mas considerou que existem ainda alguns detalhes técnicos e políticos que não estão suficientemente esclarecidos.

Disse que, nesse sentido, o PS vai votar a favor da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Lordelo do Ouro e da Corujeira e, dada a urgência e a implicação que tem a sua aprovação, vai abster-se na delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana da Lapa, de Santos Pousada e do Bonfim.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) disse que não põe em causa nada do que foi referido pela Senhora Deputada Cláudia Santos, mas isso só prova que aquela matéria devia ser explicada mais pormenorizadamente pela Câmara Municipal, porque os esclarecimentos prestados pela Comissão de Acompanhamento do PDM foram insuficientes. Lembrou que o objetivo central da criação das ARU é incentivar à reabilitação urbana, ou seja, é conceder benefícios fiscais de modo a incentivar os proprietários a reabilitar os seus prédios.

Disse que o que está ali em causa, no fundo, é transformar seis ARU em quatro, porque, como caducou o prazo de três anos para que fossem aprovadas as operações de cada uma das ARU, é preciso aprovar novas delimitações.

Informou a Senhora Deputada Cláudia Santos que a ARU de Santos Pousada foi extinta, passando a existir a de Massarelos.



Disse que não sabe se o número de áreas de reabilitação urbana é importante ou não, mas custa-lhe a aceitar que apenas os proprietários que têm os seus prédios dentro dos limites de constituição das referidas áreas tenham direito a usufruir de benefícios fiscais. Considerou que, de certa forma, aquilo que estão a fazer é a aprovar parcelarmente a revisão do PDM. Disse que, no seu entender, não se pode fazer a revisão do PDM sem haver uma discussão profunda, com os 46 membros da Assembleia Municipal, para que cada um saiba exatamente o que está a fazer e o que está a aprovar com as ARU. Disse que, de qualquer modo, vai votar favoravelmente as propostas apresentadas.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) disse que, de facto, o que é proposto pelo Executivo é a transformação de seis ARU em quatro – Baixa, Massarelos, Bonfim e Lapa – e também a aprovação de criação de duas outras.

Disse que, no seu entender, tem que haver um maior empenhamento dos serviços municipais e dos seus técnicos para que aquelas ARU sejam concretizadas atempadamente e não venham a caducar como as anteriormente realizadas, ou seja, terá que haver um empenho e um desenvolvimento diferente por parte da Câmara Municipal relativamente ao demonstrado no passado relativamente àquela matéria.

Mostrou-se em desacordo com o facto de as freguesias de Ramalde e de Paranhos ficarem completamente excluídas do processo das ARU, tendo estas duas freguesias muitos aspetos e muitas zonas que justificariam uma intervenção sistemática, muito semelhante às aquelas que são apresentadas e justificadas para Massarelos, Bonfim e Lapa.

Disse que vai votar favoravelmente todas as propostas.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) considerou positivos os objetivos traçados para cada ARU, no entanto, destacou a preocupação transversal com a melhoria das condições habitacionais da população residente, a atração de novos residentes e a implementação de um modelo eficiente e participado.

Referiu que, segundo consta na proposta, na ARU do Bonfim está prevista a criação de corredores ecológicos, considerando importante que esses corredores verdes, de preferência interligados, sejam uma constante em todas as ARU. Propôs que, face à importância dos mesmos, eles sejam tidos em conta nas ORU e nos traçados secundários.



O Senhor Deputado André Noronha (RM) referiu que as ARU, como bem disse o Senhor Deputado Artur Ribeiro, servem para delimitar territórios de reabilitação e não de expansão, portanto, isso explica porque é que Ramalde, Paranhos ou Aldoar, no seu todo, não são objeto de uma ARU. Considerou, no entanto, que não deve ficar excluída a possibilidade de, no futuro, se fazerem pequenas ARU para áreas de consolidação dessas freguesias de expansão.

Disse que o Porto não tem uma só ARU porque é preciso estabelecer prioridades e ter um pensamento estratégico e as ARU agora propostas pela Câmara Municipal do Porto são a sua prioridade.

Considerou que é necessário distinguir quem carece de benefícios fiscais e quem não carece, sem prejuízo daqueles que têm edificado com mais de trinta anos, mesmo estando fora da ARU, poderem ter benefícios idênticos.

Declarou que o seu Grupo Municipal vai votar favoravelmente todas e cada uma das ARU apresentadas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, António Gouveia disse que o Senhor Deputado André Noronha referiu algumas coisas que convém clarificar.

Deu conta que Ramalde efetivamente é uma freguesia de expansão, mas também tem zonas que precisam de reabilitação, como, por exemplo, as zonas de João de Deus e de Augusto Gil onde existem muitas “ilhas”.

Disse que Ramalde é, felizmente, uma freguesia heterogénea de expansão, de casas e moradias de classe média e alta, mas também tem muita pobreza, e se não houver incentivos para as pessoas melhorarem as suas habitações ninguém vai fazê-lo.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) disse que entende algumas das questões colocadas, mas que, na sua opinião, têm que ser definidas algumas prioridades.

Considerou que embora se perceba que há alguma qualidade na apresentação dos projetos, é preciso que eles sejam também analisados do ponto de vista político.

Embora em Lisboa tenha sido criada uma única ARU que abrange praticamente toda a área da cidade, referiu que alguns urbanistas e alguns técnicos questionam este tipo de solução.



Considerou que os maiores beneficiários das isenções fiscais previstas, em sede de IMI, de IMT e de IVA, são sobretudo os grandes promotores imobiliários, devendo essa questão merecer também algum cuidado e alguma ponderação.

Disse que, no seu entender, as razões por que não foram concretizadas as ORU – Operações de Reabilitação Urbana, assim como os motivos e os critérios que levaram à redução das ARU existentes de seis para quatro e à expansão, por exemplo, da ARU de Massarelos, não ficaram bem clarificados. Pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara em exercício sobre aquele assunto.

Disse que o BE vai abster-se na votação das quatro ARU e vai votar favoravelmente a criação das ARU de Lordelo e da Corujeira.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Filipe Araújo disse que o propósito da reunião com a Comissão de Acompanhamento, em que esteve presente o Senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, Pedro Baganha, foram explicadas pormenorizadamente aos Senhores Deputados as propostas referentes às ARU. Disse que o Senhor Vereador prestou os esclarecimentos às dúvidas colocadas pelos Senhores Deputados.

Considerou que algumas das intervenções que foram feitas anteriormente revelam alguma confusão entre o que é o PDM e as ARU. Explicou que o PDM tem a ver com o uso do solo, enquanto as ARU têm a ver com os incentivos para a reabilitação urbana, isto é, as ARU personificam a estratégia da cidade em termos das grandes apostas para o território.

Pediu permissão à Mesa para ser o Senhor Vereador do Urbanismo a esclarecer as questões técnicas.

O Senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, Pedro Baganha deu nota dos critérios genéricos que levaram ao desenho dos limites das ARU agora apresentadas.

Disse que o primeiro critério se refere à racionalização dos limites das ARU que estão agora a substituir, ou seja, as ARU anteriormente existentes usavam como limite os eixos de via, o que deu origem a que, em algumas zonas da cidade, um lado da rua ficasse dentro da ARU e o outro lado ficasse de fora; o segundo critério teve a ver com razões de oportunidade na expansão daquelas áreas para zonas em que há carência de reabilitação, áreas essas que estavam na proximidade das antigas ARU, mas que estavam



fora delas; e o terceiro, que justifica a alteração do número de áreas de reabilitação urbana de seis para quatro, diz respeito ao seu agrupamento por tipologias, ou seja, agrupa aquelas que virão a ser operações simples, por um lado, e, por outro, aquelas que virão a ser operações sistemáticas.

Relativamente ao motivo que levou a Câmara a escolher uma tipologia simples para a ARU da Baixa, explicou que, como na zona central da cidade, a dinâmica de reabilitação já está instalada, entenderam que faz mais sentido garantir um quadro de referência de incentivos fiscais que permita a continuação da dinâmica privada de reabilitação do edificado.

Disse que não se pode confundir o papel e os objetivos das diversas ferramentas urbanísticas que estão disponíveis, explicando que o PDM é uma peça estrutural da política urbanística da cidade e as ARU são mais instrumentais, mais operativas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite colocou à votação os pontos 7, 8, 9, 10 e 11 da Ordem de Trabalhos.

Ponto 7

Aprovado, por unanimidade.

Ponto 8

Aprovado, por unanimidade.

Ponto 9

Aprovado, por maioria, com 32 votos a favor (RM, PS, PA, CDU e PAN) e 14 ausências (PS e BE).

Ponto 10

Aprovado, por maioria, com 33 votos a favor (RM, PS, PA, CDU e PAN) e 13 ausências (PS e BE).



Ponto 11

Aprovado, por maioria, com 32 votos a favor (RM, PS, PA, CDU e PAN) e 14 abstenções (PS e BE).

Ponto 12

Aprovado, por maioria, com 33 votos a favor (RM, PS, PA, CDU e PAN) e 13 abstenções (PS e BE).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite propôs que a votação para a eleição dos representantes dos pontos 1 e 2 fosse feita em simultâneo.

1. Nomeação de um representante da Assembleia Municipal para o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto V – Porto Ocidental.

Terminado o escrutínio, por voto secreto, contados os votos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** informou o Plenário do resultado da votação para a eleição do representante da Assembleia Municipal para o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto V – Porto Ocidental:

– Senhor Deputado Luís Miguel Bonifácio Osório, proposto pelo Grupo Municipal do Porto Autêntico: 21 votos a favor.

– Senhora Dr.^a Sónia Veloso, proposta pelos Grupos Municipais do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista: 22 votos a favor.

Votos em Branco: 2;

Votos Nulos: 1.

Foi eleita a Senhora Dr.^a Sónia Veloso como representante da Assembleia Municipal para o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto V – Porto Ocidental.



2. Nomeação de um representante da Assembleia Municipal para o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VI – Porto Oriental.

Terminado o escrutínio, por voto secreto, contados os votos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** informou o Plenário do resultado da votação para a eleição do representante da Assembleia Municipal para o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VI – Porto Oriental:

– Senhora Deputada Maria Adelina Acciaiuoli Barbosa Ducharne, proposta pelo Grupo Municipal de Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido: 27 votos a favor.

– Senhora D.^a Luísa Vieira, proposta pelos Grupos Municipais do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista: 18 votos a favor.

Votos em Branco: 1.

Foi eleita a Senhora Deputada Maria Adelina Acciaiuoli Barbosa Ducharne, como representante da Assembleia Municipal para o Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VI – Porto Oriental.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

Os munícipes inscritos já não se encontravam presentes.

E nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a sessão, eram 23h30.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A 1.^a Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria